

6. *Perspectivas Doutrinais*

A consideração dos problemas que a Igreja tem de enfrentar dá-nos pois uma ideia dos pontos sobre os quais poderão incidir os trabalhos do concílio. Essa ideia encontra-se definida em grande número de declarações feitas por vozes autorizadas — a começar pela mais autorizada de todas — ou por vozes oficiosas de bispos e teólogos. Desse conjunto de informações pode-se concluir que haverá quatro categorias de esquemas, ou para melhor dizer, quatro espécies de perspectivas: doutriniais, pastorais, apostólicas e missionárias, ecuménicas.

Perspectivas doutriniais: convém precisar este ponto. Numa entrevista televisada, o cardeal Tardini declarou: «Diria de bom grado que este concílio vai ser de ordem real, prática, e não propriamente doutrinal». E o Papa, na sua mensagem aos membros

das comissões preparatórias, em 14 de Novembro de 1960, deu nitidamente a perceber que a principal finalidade da Assembleia não seria proclamar novos dogmas. Todavia, os Padres têm direito a fazer proposições, não sendo absolutamente improvável por isso que se estudem definições dogmáticas. Já se falou algures do reconhecimento oficial do papel que Nossa Senhora representou na obra da Redenção.

Mas o facto de haver poucas probabilidades de o concílio proclamar novos dogmas não quer dizer que a sua actividade doutrinária deixe de ser considerável. Os concílios são antes de mais nada assembleias teológicas; e, mesmo quando tomam decisões práticas fundamentam-nas doutrinariamente. Por outro lado, sendo problemas de doutrina, os mais graves problemas que se apresentam à Igreja, torna-se indispensável um esforço doutrinal para os resolver. Já muitas vezes têm pedido e até anunciado a condenação solene, acompanhada de anátemas, das grandes here-sias do mundo moderno — em substância, do materialismo teórico e prático — e a afirma-

ção esclarecida da transcendência de Deus e do sentido sobrenatural do homem e da vida. Tarefa mais árdua do que parece à primeira vista, porque o erro, nos nossos dias, não se apresenta sob uma forma nítida e bem definida como no tempo de Ario, ou de Lutero e Calvino. «Trata-se sobretudo de certa ambiência, de certa mentalidade feita de ideias, mais ou menos difundidas, de que insensivelmente nos vamos impregnando», observa judiciosamente o cônego Vancourt. Não será cómodo reagir contra esse inatingível. Um burguês que baptize os filhos, case a filha na igreja e deseje morrer cristão, mas que passe a vida dominado pelas preocupações do dinheiro e do conforto material, não será mais «materialista» do que o operário comunista que entrega à causa o terço do seu salário e viva para um ideal? Onde se há-de situar a condenação¹?

¹ São numerosas as vozes que reclamam do concílio uma atitude solene de defesa da sociedade ocidental, contra o erotismo que tende cada vez mais a dominar os costumes pela imprensa, cinema e rádio.

Do que não resta dúvida é que a condenação pura e simples, se de certo modo se torna necessária, não seria suficiente¹, tanto mais que em certos casos poderia ser a um tempo ineficaz e perigosa. Numa declaração pertinente, os bispos holandeses lembraram que estamos a viver num pluralismo de facto; que cristãos e não-cristãos estão misturados, associados por vezes de tal maneira, que uma separação radical se tornaria impossível. E, por outro lado, não se pode deixar de pensar nos milhões de cristãos — totalmente submetidos ao jugo dos seus adversários — que desempenhariam o papel de reféns.

Mais do que escutar anátemas, o nosso tempo precisa de ouvir expor claramente uma doutrina, em que se manifeste o sentido cristão do homem e da sociedade, uma doutrina que sirva para os vivos do século XX. «A nossa convicção íntima», disse João XXIII, «é que o Senhor quer

¹ Mons. Bortignon, bispo de Pádua, já insistiu justamente no interesse que teria o concílio em abordar os grandes problemas económicos e sociais.

verdadeiramente conduzir as almas, por meio do concílio, a uma penetração mais *real e vivida* da verdade». De novo a questão da atitude a tomar perante o mundo moderno dominará os debates de Vaticano II assim como já dominou as preocupações da Igreja na época em que se realizou o Vaticano I. E a experiência da história demonstrou que tal atitude não se pode limitar a um alheamento sumário. O teólogo prudente, que é o Rev. P.^o Spiazzi, chegou a dizer, numa conferência publicada pelo «Osservatore Romano» de 21 de Maio de 1959, que uma das tarefas doutrinárias do concílio será situar a posição da Igreja «perante a degradação dos sistemas modernos — em especial o materialismo, o laicismo e o historicismo — devendo-se no entanto recolher as parcelas de verdade que eles encerram e incorporá-las na síntese cristã». Não se trata só de anátemas: trata-se, de certo modo, de diálogo. Aguarda-se um esforço positivo dos Padres do concílio que lhes foi preparado pelo trabalho realizado durante estes últimos cem anos, quer pelos papas nas suas grandes encíclicas,

quer por estudiosos isolados. Importa agora fazer uma síntese, sem deixar de precisar o que é aceitável ou não para um católico em certas teses, nas quais pensadores cristãos tentaram resolver as contradições da nossa época, como por exemplo, a da ciência e da fé.

Espera-se ainda do concílio outro esforço doutrinário que, aliás, testemunhos concordes permitem pensar que será eficazmente realizado. Segundo o P.^o Spiazzi «dirá respeito à realidade integral da Igreja como corpo místico de Cristo, visível e socialmente organizada». O mesmo é dizer que há direito a esperar da Assembleia uma teologia da Igreja. Já entrevista no concílio de Trento, a teologia da Igreja tinha feito, no século XIX, progressos reais, devidos principalmente aos trabalhos de Mœhler, do P.^o Passaglia, de Scheeben. Durante a preparação do I concílio do Vaticano foi elaborado um esquema, *De Ecclesia*, em certos pontos audacioso — discorria sobre o «corpo místico» — e noutros insuficiente. Alguns capítulos desse esquema — os que tratavam dos poderes do Papa —

foram destacados e propostos com prioridade à votação do concílio¹. Esperava-se que à *Constitutio prima*, que proclama a infalibilidade, viesse juntar-se uma *Constitutio secunda*, onde seria estudado tudo que dissesse respeito ao resto da Igreja. Mas a interrupção do concílio não permitiu que os trabalhos prosseguissem nessa direcção.

Desde então têm-se publicado numerosos textos e livros que fizeram progredir singularmente a questão. A encíclica de Pio XII *Mystici Corporis* ergue-se como um farol a indicar o caminho. É impossível enumerar as obras que, em várias línguas, têm contribuído para fazer progredir o pensamento católico no conhecimento da Igreja, desde as de E. Mersch ao P.^o Tromp (actualmente secretário da Comissão teológica) e desde os P.^{es} Congar e Lubac a Mura e Dabin. Todos esses trabalhos hão-de acabar por servir de base a uma «súmula» que definirá a Igreja, tanto nos seus princípios sobrenaturais como nos seus métodos de organização.

¹ Ver páginas 83, 84, 85.

Ao considerarmos as principais teses que foram estudadas desde o encerramento de Vaticano I, ficamos autorizados a pensar que uma teologia da Igreja assentaria em três pontos basilares. Esclareceria em primeiro lugar que a primazia pontifícia não implica necessariamente uniformização, nivelamento, centralização total, supressão das autoridades hierárquicas, e que, sendo agora indiscutível a unidade da Igreja, esta pode, no seio da sua unidade, admitir uma organização flexível, uma legítima diversidade. Por outro lado revelaria o sentido comunitário da Igreja — esse sentido que é uma das grandes descobertas dos últimos anos — para bem fazer sentir a todos, até aos mais humildes leigos, que têm um lugar a ocupar e uma missão a cumprir, o que equivaleria a tirar proveito da lição do imenso trabalho realizado pelos movimentos de acção católica e apostolado dos leigos. Definiria por último a atitude que deve tomar a Igreja num mundo, ampliado até às dimensões do planeta, onde as várias culturas, que poderiam servir de apoio e meio de expressão aos dados da Revelação,

já se não identificam com a cultura do Ocidente, onde o cristianismo tem firmado até hoje as suas raízes.

« Uma teologia do corpo apostólico é a chave da resposta, exigida pelas interrogações formuladas hoje em dia à Igreja », escreve com justeza o P.^o João Frisque. No seu livro sobre a Igreja Ortodoxa, João Meyendorff acentuou que o problema da Unidade estava ligado às posições eclesiológicas que viesse ou não a tomar o concílio. Delas também depende o futuro do laicado cristão e a fortuna do apostolado no mundo afro-asiático, e dependem até as possibilidades de sobrevivência da Igreja nas partes do mundo submetidas ao comunismo. É, sem dúvida nenhuma, ao esforço de elaborar devidamente uma teologia da Igreja que os Padres do concílio querem, antes de mais nada, dedicar-se.

7. *Perspectivas Pastorais*

« Esperamos grandes coisas deste concílio, que quer ser uma renovação das forças da fé, da doutrina, da disciplina eclesiástica, da vida religiosa e espiritual, e quer contribuir para a realização dos princípios de ordem cristã em que se inspira, e sobre os quais assenta o desenvolvimento da vida cívica, económica e social ». Esta passagem da allocução do Papa aos membros das comissões, em 14 de Novembro de 1960, mostra claramente a importância que ele liga ao que se poderia chamar a obra interior do concílio, esse esforço feito sobre si mesmo com o fim de revivificar a Igreja. Muitas declarações do cardeal Tardini e do cardeal Montini seguem exactamente a mesma ordem de ideias. Em doze comissões que preparam o concílio, oito pelo menos têm a seu cargo esses problemas. A *Pastoral* que é, em suma, a ciência das